



Reunião do Comité Central COMUNICADO

No mês de Maio de 1970, realizou-se uma reunião do Comité Central do Partido Comunista Português. O Comité Central analisou a situação política e as tarefas do Partido e aprovou, para ser publicado, um documento intitulado «Para uma nova ofensiva contra o fascismo». Aprovou também uma resolução sobre o 50º Aniversário do PCP.

Para uma nova ofensiva contra o fascismo

A ditadura fascista não conseguiu sair das suas dificuldades e da sua crise. Agravam-se as suas contradições e os factores de instabilidade. Nem a demagogia «liberalizante» nem a repressão conseguem silenciar a Oposição e abafar a luta popular.

Enfrentando as interdições fascistas, o movimento democrático prossegue. Reanima-se a acção política. A classe operária alarga a sua luta a novas empresas e regiões e no 1º de Maio faz frente nas ruas às forças repressivas. Está em marcha o movimento sindical. Criam-se as bases do movimento da juventude trabalhadora, de um movimento das mulheres, de um movimento nacional pela Amnistia. O movimento dos estudantes reafirma o seu dinamismo.

Apesar da repressão crescente e da complexidade do momento que se vive, *estão-se criando condições para uma nova ofensiva contra a ditadura fascista, pelas reivindicações imediatas fundamentais do povo português, pela liberdade.*

I

Importantes sucessos da luta popular

1. Desde a formação do governo de M. Caetano em 27 de Setembro de 1968, a ditadura fascista sofreu sérios desaires e o povo português registou importantes sucessos.

A demagogia «liberalizante» foi desmascarada. As dificuldades e contradições internas do regime, longe de serem sido superadas, mais se agravaram. Aproveitando a nova situação criada pelo agravamento da crise do regime, a classe operária, o movimento democrático, os estudantes, lançaram-se à ofensiva, quebraram o imobilismo político, desencadearam amplas acções e alcançaram significativas vitórias parciais.

Nas greves, paralisações e outras lutas do primeiro semestre de 1969 participaram mais de 100.000 trabalhadores. A classe operária teve um papel determinante na luta política, do que foi extraordinário exemplo a greve dos ferroviários de 20 de Outubro. A organização democrática desenvolveu-se impetuosamente com a formação de amplas comissões, a participação de dezenas de milhar de activistas e a intensa acção política legal e semi-legal, que culminou na apresentação de mais de 100 candidatos da Oposição e na vigorosa campanha «eleitoral» de Outubro. Os estudantes travaram grandes lutas. Foram conquistadas posições em sindicatos, associações de estudantes e outras organizações de massas. O primeiro ano de governo de M. Caetano caracterizou-se como um período de ascensão da luta popular contra a ditadura fascista.

O movimento popular fez e faz frente com decisão às proibições, restrições, declarações de ilegalidade, medidas repressivas com que o governo fascista procurou e procura barrar-lhe o caminho.

Os aumentos de salários e a satisfação de outras reivindicações dos trabalhadores, a libertação de dezenas de presos políticos, a realização de eleições em organizações de massas e a vitória nelas alcançada, a acção aberta, à luz do dia, da Oposição popular e a sua continuação após a burla eleitoral, não resultaram de quaisquer concessões dum governo supostamente «liberalizante», mas da luta tenaz, esforcada e corajosa do povo português.

A classe operária, com o seu partido, esteve, como continua a estar, na vanguarda da luta popular. Vencida, no terreno da luta legal, a tradicional pretensão de hegemonia e representatividade preferencial da burguesia liberal e «social-democrata», — a Oposição democrática e popular, assente no apoio e na acção da classe operária e das massas populares, afirmou-se e continua a afirmar-se como uma grande realidade na vida política portuguesa, como a indiscutível representante das aspirações do povo português.

Deste período, o regime fascista saiu enfraquecido e as forças antifascistas saíram reforçadas e em muito melhores condições para prosseguir a luta contra a política fascista, pelo derrubamento da ditadura fascista, pela conquista da liberdade.

2. Insistindo em privar o povo português das mais elementares liberdades e respondendo com a repressão às reclamações populares, o governo de M. Caetano pôs a nã a mentira da sua demagogia e o propósito de reforçar as estruturas do Estado fascista.

As massas populares com a sua luta reafirmaram que o derruba-

mento da ditadura fascista e a instauração das liberdades democráticas fundamentais — de organização, de expressão de pensamento, de manifestação, de reunião, de greve e sindical — são as aspirações e reivindicações imediatas fundamentais do povo e da nação portuguesa.

A ampla acção política em 1969 revelou, no mesmo tempo, com clareza sem precedentes, que o grosso da opinião democrática não se pronuncia mais pelas soluções políticas da burguesia liberal ou da social-democracia, mas por uma transformação profunda de toda a sociedade, pelos objectivos indicados pelo PCP para a revolução democrática e nacional: a destruição do Estado fascista e a instauração dum regime democrático; a liquidação do poder dos monopólios; a reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalhe; a elevação do nível de vida da classe operária e das massas laboriosas; a democratização da instrução e da cultura; a libertação de Portugal do imperialismo estrangeiro; o reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à autodeterminação e à independência; uma política de paz e amizade com todos os povos.

Nunca antes ficara tão claramente evidenciado que, no movimento democrático, a balança pesa a favor daqueles que consideram a luta pela liberdade parte constitutiva da luta pelo socialismo.

3. Um dos acontecimentos de maior relevo no plano político é a passagem do problema colonial ao primeiro plano da acção aberta das forças democráticas, apesar das ferozes tentativas dos fascistas para o impedirem. A luta contra a guerra colonial e pelo reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à autodeterminação e à independência fez corajosamente frente às interdições, ameaças e medidas repressivas e revelou-se uma das reclamações políticas centrais do povo português.

A luta contra a política colonialista e contra a guerra colonial, considerada questão «intocável» pelos fascistas, afirmou-se à luz do dia. A solidariedade activa e indefectível dos comunistas portugueses para com os povos das colónias portuguesas, a recusa a irem combater os seus irmãos africanos de milhares de jovens portugueses refractários e desertores, às diversas manifestações de descontentamento e de protesto das massas populares, as posições anticolonialistas dos estudantes, veio somar-se um grande movimento de opinião democrática.

Massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminoso do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África, não os interesses da nação portuguesa, mas os interesses dos seus maiores inimigos; de que a luta dos povos de Angola, Guiné e Moçambique e a luta do povo português são lutas solidárias contra inimigos comuns; de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e à independência dos povos das colónias portuguesas.

O grande movimento de opinião anticolonialista que se expressou no último ano e meio introduz um factor novo na vida política portuguesa, da maior importância no combate contra a ditadura fascista.

4. Os factos confirmaram a correcção da análise da situação política feita pelo PCP, da orientação que traçou, das perspectivas que abriu. A caracterização do agravamento da crise do regime e do governo de M. Caetano, o desmascaramento da demagogia «liberalizante» e das ilusões que gerou, a indicação das possibilidades reais do desenvolvimento da acção de massas, de organização democrática, da conquista de posições, foram amplamente confirmadas tanto pela política do governo, como pelo desenvolvimento da luta popular.

Os movimentos operário, democrático e da juventude desenvolveram-se na medida em que o oportunismo, o divisionismo, o anticomunismo, foram neutralizados e ultrapassados, no campo ideológico, político, organizativo e de acção. Sempre que as tendências oportunistas (directistas e esquerdistas) prevaleceram ou pesaram nas decisões, a luta retrocedeu, a organização desarticulou-se, perderam-se posições. Um dos ensinamentos deste período, é que a luta se desenvolve e avança, a um dado se estabelece e reforça, não condescendendo com o oportunismo de direita e de «esquerda», mas lutando firmemente contra eles.

II

O fascismo continua e continua a sua crise

1. Quase dois anos de governo de M. Caetano confirmam que os monopólios e os latifundiários, que detêm o poder político, submetendo os interesses do povo e da nação aos seus objectivos de acumulação e de lucro, não só são incapazes de resolver qualquer dos grandes problemas nacionais, como afundarão cada vez mais Portugal, a vida do povo e a independência nacional, no jogo dos seus sórdidos interesses de classe.

Os monopólios defrontam hoje problemas diferentes daqueles que defrontavam há trinta anos. É ao longo deste período que se opera verdadeiramente a fusão do capital industrial e do capital bancário e que a oligarquia financeira, utilizando a força coerciva do Estado para acelerar o processo de acumulação e de centralização, ganha (associada ao imperialismo estrangeiro) o efectivo domínio geral da economia portuguesa. O desenvolvimento do capitalismo português tropeça não só com as contradições gerais próprias do desenvolvimento da sociedade capitalista, como com contradições específicas do caso português, acentuadas pela evolução e a desigualdade de desenvolvimento do imperialismo, de que são expressão na Europa os processos de integração, e pela derrocada do sistema colonial.

As formas de acumulação, a distribuição dos investimentos na busca do lucro máximo, o problema dos mercados, adquirem nestas condições uma agudeza crescente. É o próprio processo de desenvolvimento do capitalismo que coloca perante os monopólios portugueses problemas cada vez mais complexos.

Não se trata da aparição, na vida económica e política nacional, de forças «novas», «ascendentes», «progressivas» do capitalismo nacional, como procuram fazer crer os próprios monopólios, os seus porta-vozes «liberalizantes» e teorizadores oportunistas. O domínio dos monopólios é o principal entrave ao desenvolvimento das forças produtivas e à resolução de todos os grandes problemas nacionais, incluindo o desenvolvimento económico, o nível de vida da população, a independência nacional, a instauração da democracia. Os monopólios, que dominavam com Salazar, dominam com M. Caetano. O governo não é de tal ou tal grupo monopolista, mas do capitalismo monopolista no seu conjunto e dos latifundiários a este subordinados (como sublinha o Programa do PCP). Se é inevitável que apareçam, na própria política do governo, os reflexos das contradições existentes e agravadas entre as classes dominantes, a política de M. Caetano, em todos os seus aspectos fundamentais, está na continuidade da política de classe do salazarismo.

2. Desde Setembro de 1968, o PCP tem afirmado que o governo de M. Caetano é um governo de «compromisso» entre os vários clãs fascistas.

«Compromisso», na própria expressão, envolve, por um lado, a ideia conflitos de interesses, rivalidades, diferenças de opinião resultantes do agravamento das contradições entre os monopólios e os latifundiários, da concorrência entre os vários grupos monopolistas, das diferenciações crescentes na própria burguesia, das dificuldades reais de desenvolvimento do capitalismo nacional no quadro das suas contradições, e ainda do impacto das lutas operárias e do movimento democrático nas esferas governantes. Envolve, por outro lado, acordo nas linhas essenciais duma política de defesa dos interesses dos monopólios contra as classes e camadas não monopolistas, duma política que sacrifica aos interesses comuns das classes dominantes os interesses dos trabalhadores, do campesinato, da pequena burguesia, de certos sectores da média burguesia, dos povos coloniais.

As dificuldades no campo inimigo não devem ser menosprezadas. Há muito que o PCP chama a atenção para elas e para o que representam como factor de debilitamento do regime. Há muito que o PCP chama a atenção para a possibilidade de «vir a verificar-se uma efectiva diferenciação política nas classes dominantes e uma luta pelo poder entre partidários dum terror mais aberto e mais violento e partidários do abandono das fórmulas do Estado Novo Corporativo» (CC. Agosto de 1969).

Não é essa porém ainda a situação actual. As divergências no campo fascista incidem sobretudo na busca de soluções de carácter prático para dificuldades que o capitalismo defronta no seu desenvolvimento em resultado das suas contradições.

O movimento democrático deve aproveitar ao máximo em seu benefício as dificuldades e contradições internas do regime que são um dos aspectos da crise que atravessa. Mas é um erro capital dos oportunistas, que os factos desmentem dia a dia, sobrestimar essas contradições na fase actual e deduzir delas que os fascistas deram lugar a «liberalizantes» e que M. Caetano e a sua gente, em luta contra os «ultras», pretendem de facto (seja como objectivo «táctico» como dizem uns, seja «estratégico» como declaram outros) a liberalização, se não a democratização, da vida política portuguesa.

O traço característico essencial da política do governo de M. Caetano é o compromisso, o acordo das classes dominantes e dos seus vários clãs, para fazer sair o regime da crise que se agrava, para o prosseguimento, no essencial, duma política antipopular e antina-

cional, duma política de defesa dos interesses monopolistas contra o povo e a nação portuguesa, para o prosseguimento, a defesa e a consolidação da ditadura fascista em virtude do receio (partilhado justamente por todos eles) de que a conquista das liberdades democráticas pelo povo português porá em causa não apenas o poder político dos monopólios como a sua própria existência.

O perigo que as forças democráticas defrontam não é, ao contrário do que afirmam alguns teorizadores esquerdistas, (navegando afinal nas ilusões oportunistas de direita) que a política de M. Caetano conduza à criação dum Estado liberal, em que o poder dos monopólios se consolide. O perigo é que essa política, se a ela se não opõe a luta decidida do povo português, permita aos monopólios ultrapassar uma difícil fase da crise do regime e consolidar a ditadura fascista, conforme pretendem.

3. A situação económica nacional, quase dois anos depois da formação do governo de M. Caetano e das suas declarações de «renovação» e «reformas», continua a deteriorar-se.

Diminui o ritmo de aumento do Produto Nacional Bruto, que não alcançou em 1969, 75% das estimativas do Plano de Fomento. Verifica-se a estagnação da indústria e a recessão da agricultura. Cresce a dívida pública, cujos encargos anuais sobem a quase 3 milhões de contos. O défice da balança comercial subiu em 1969 a 11 milhões de contos, pagando as exportações uma parte menor das importações do que em anos anteriores. Metade dos recursos do Estado são absorvidos por despesas militares e de «segurança», o peso predominante das quais se destinam à criminoso guerra colonial. O aumento dos meios de pagamento sem um aumento correspondente na oferta de mercadorias dá curso a um processo inflacionista, cujo maior peso recai sobre os trabalhadores. Os aumentos de salários não acompanham a subida dos preços, do que resulta a pioria da situação dos trabalhadores e a continuação do êxodo emigratório. Na busca de receitas, o governo dos monopólios agrava os impostos indirectos que atingem as mais largas massas da população portuguesa, ao mesmo tempo que estabelece novas isenções tributárias para os grupos monopolistas.

Agravam-se os factores de desequilíbrio e de dependência da economia portuguesa, a desigualdade de desenvolvimento, as dificuldades, incertezas e crises sectoriais.

Para alijar responsabilidades, o governo vem agora desmentir 25 anos de propaganda fascista e confirmar aquilo que o PCP afirmou ao longo dos anos: que Portugal é o país mais atrasado da Europa e que o escandalosamente baixo nível económico português, longe de se aproximar do dos outros países da Europa, se tem distanciado cada vez mais.

O carácter antinacional e antipopular da política fascista, a incapacidade dos monopólios e do seu governo (ontem o de Salazar, hoje o de M. Caetano) para resolver qualquer dos grandes problemas nacionais, são evidenciados na situação económica que se atravessa e que prolonga as características essenciais do desenvolvimento económico vindas do tempo de Salazar.

4. Depois de promessas tão vagas como espectáculos, a política de M. Caetano é de facto, nos aspectos essenciais, a continuidade da política salazarista.

A exploração da classe operária é justificada pelo governo como indispensável para atrair os investimentos estrangeiros e para assegurar a capacidade de competição das empresas portuguesas ante a concorrência estrangeira no mercado interno e externo. A generalização das horas extraordinárias, que em diversos ramos significa o aumento geral da jornada de trabalho para 10, 12 e mais horas; os processos de «racionalização» e os sistemas de «prémios» que em geral significam apenas a exigência de ritmo infernal de trabalho; a imposição de Acordos Colectivos de Trabalho, mesmo se recusados pelos SN como processo de congelação de salários; os infames métodos policiais de pressão directa sobre os operários: — contam-se entre as formas mais importantes da actual intensificação da exploração das classes trabalhadoras. A subida geral dos preços e em particular dos artigos alimentares, das rendas de casa, dos transportes, da energia e o processo inflacionista diminuem o poder de compra da moeda e provocam a descida dos salários reais, anulando a curto prazo os aumentos de salários nominais alcançados pela luta corajosa das massas trabalhadoras.

A política de protecção monopolista atinge severamente o campesinato, a pequena burguesia urbana e as camadas intelectuais.

Os monopólios acentuam o seu comando directo sobre toda a vida nacional. M. Caetano, os ministros, os tecnocratas, nos seus discursos, leis, decretos e portarias, não fazem mais que traduzir as instruções (por vezes contraditórias) de banqueiros e grandes industriais, no sentido da incentivação do processo de acumulação e centralização capitalistas; da concentração da produção, investigação experimental e comércio; da mobilização dos recursos do Estado e das pequenas poupanças para uso e benefício dos monopólios; dos privilégios e isenções fiscais às grandes companhias; do aumento da carga tributária sobre as classes trabalhadoras e médias; da liquidação das pequenas e médias empresas.

A submissão ao imperialismo estrangeiro e a entrega crescente a este dos recursos e de ramos fundamentais da economia nacional tornaram-se política ostensivamente declarada de que é exemplo a viagem do Secretário de Estado da Indústria à Alemanha Ocidental.

Sucedem-se as facilidades e as concessões ao imperialismo em todos os ramos da actividade, as compras e absorções de empresas portuguesas por monopólios estrangeiros. Procurando a protecção dos grandes monopólios estrangeiros aos grupos monopolistas portugueses e o maior auxílio dos países da OTAN para a manutenção da ditadura fascista e da dominação colonial, o governo agrava os laços de dependência e de submissão da nação portuguesa.

A *criminosa guerra colonial*, inevitavelmente condenada ao fracasso, intensifica-se, multiplicam-se as manobras de diversão e corrupção e as intrigas contra os estados africanos independentes. Reforça-se a vergonhosa aliança com a União Sul Africana e a Rodésia. Para a defesa dos interesses egoístas de um punhado de multimilionários, cada vez são mais elevadas as perdas de vidas de jovens portugueses forçados a ir combater os seus irmãos africanos, cujos interesses são idênticos aos seus. O governo procura consolidar a exploração colonial e obter um maior apoio directo à sua política de guerra, através de concessões crescentes ao imperialismo nas colónias portuguesas (petróleo, diamantes, ferro, energia eléctrica, etc.), assim como em Portugal.

Na *política externa*, apesar dos insucessos marcelistas para obter um apoio mais aberto e confessado do Brasil e democracias burguesas à ditadura e ao colonialismo, o governo, a par do reforço do Bloco Ibérico, insiste em procurar reduzir o seu relativo isolamento internacional (visitas dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos EU e da França, viagens às colónias do Ministro das Finanças franceses, de diplomatas e militares das democracias burguesas).

5. Conforme o PCP previu e preveniu, o governo de M. Caetano, após a burla eleitoral, *continuando a demagogia «liberalizante», intensificou a repressão.*

Dias depois da burla, fez reprimir com criminosa brutalidade a corajosa greve dos operários da Lisnave, que, por debilidades de organização, não esteve em condições de resistir e acabou por ser derrotada.

As CDE foram consideradas ilegais e as sedes encerradas. A censura voltou ao rigor tradicional. Sucedem-se as rusgas e as buscas. São apreendidos livros e publicações.

Uma grande campanha de intimidação foi lançada. Sucedem-se as prisões. A repressão das manifestações do 31 de Janeiro no Porto, de 1 de Fevereiro em V. Franca de Xira, de 21 de Fevereiro em Lisboa, do 1º de Maio no Barreiro, V. Franca e Moscavide e de 3 de Maio no Barreiro, as numerosas prisões efectuadas, entre as quais de candidatos da Oposição às «eleições» fascistas, o tiroteio de Coimbra, as proclamações e ameaças dos grupos provocatórios fascistas («Partido Nacional Socialista», «Comités de Caça aos Comunistas», etc.) mostram quanta razão tinha o PCP em prevenir, contra as ilusões dos oportunistas, que «sob a luva branca da «liberalização» se esconde a garra afiada do fascismo».

A intensificação da repressão é um índice da inquietação do regime ante a amplitude e força da classe operária e do movimento democrático. Se a Oposição antifascista mobilizar as suas forças na luta contra a repressão, se a cada prisão, a cada brutalidade e crime das forças repressivas, a cada medida arbitrária, a cada represália, os democratas responderam com amplos movimentos de protesto, o fascismo será obrigado a recuar.

Seria porém um erro concluir da intensificação da repressão que a demagogia «liberalizante» se esgotou ou foi abandonada, como consideram precisamente aqueles que tinham maiores ilusões na «liberalização». Sempre vigilantes em relação a uma eventual grande vaga de repressão, ou mesmo à eventual formação dum governo «ultra» (com ou sem M. Caetano) os democratas não devem perder de vista que a crise do regime continua e que persistem as razões que levaram os fascistas a lançar, com M. Caetano, a «demagogia liberalizante». Esta continuará. Serão anunciadas mais «medidas» e «reformas» com as quais os fascistas procuram, dando aparente satisfação a certas reclamações populares, desorientar, enganar, amortecer a vontade combativa, refrear a luta de massas.

6. *Voltar contra o fascismo a sua própria demagogia*, continua a ser uma importante direcção da actividade das forças democráticas. A demagogia fascista reforça a legitimidade das reivindicações populares. O anúncio da «dissolução da PIDE», cobrindo-a com o nome de DGS, dá razão reforçada à exigência da sua dissolução de facto. A demagógica abolição da homologação das direcções dos Sindicatos, estabelecendo a homologação prévia, dá razão reforçada à exigência de eleições sérias nos sindicatos e da posse das direcções eleitas. Todas as medidas e declarações demagógicas (como a previsível «Lei de imprensa» e outras) devem ser aproveitadas para intensificar a luta pelos objectivos concretos imediatos da classe operária, do movimento democrático, das massas populares.

Mas o movimento democrático não tem que apoiar as ilusórias palavras «liberalizantes» pronunciadas no campo fascista. São aqueles que se pronunciam contra a continuação da ditadura fascista, que têm de apoiar as reivindicações democráticas.

7. O movimento democrático deve basear a sua força na *acção das massas populares*, multiplicar as lutas, fazer corajosamente frente à repressão fascista, desmascarar dia a dia a demagogia «liberalizante».

O regime continua roído por contradições. O movimento popular

antifascista está consideravelmente mais forte do que quando da formação do governo de M. Caetano. As condições continuam a ser favoráveis para o desenvolvimento da luta popular com objectivos concretos imediatos, para alcançar vitórias parciais, para arrancar concessões, para defender e reforçar formas de acção legal e semi-legal, para criar movimentos nacionais de massas, para manter o fascismo numa posição defensiva.

III

Enfrentando as interdições fascistas, o movimento democrático prossegue

1. Após a burla eleitoral, conforme o PCP alertara, o governo procurou silenciar a Oposição, dissolver e proibir as estruturas democráticas, que se haviam formado, pôr um termo à sua acção política.

Fazendo frente ao governo e repelindo as ideias liquidacionistas dum claudes-tinização voluntária ou da autodissolução da organização legal, se o governo a não autorizasse, o movimento democrático continuou a actividade depois da burla eleitoral, defendeu as suas estruturas, continuou a realizar reuniões e assembleias, publicou novos documentos e proclamou a sua determinação de prosseguir a luta contra a ditadura fascista.

A insistência na acção das CDE (ao mesmo tempo que a CEUD, sem base de apoio organizada, se autodissolviam), o VII e VIII Encontro Nacional em 23 de Novembro e 25 de Janeiro, a criação de formas de coordenação e unificação, a realização de numerosas acções,—constituem um êxito do movimento democrático e uma afirmação da sua força e amplitude.

2. Era previsível uma quebra da actividade política após a burla eleitoral.

A continuação imediata do ascenso da luta política para além das «eleições» só teria sido possível, se o movimento democrático estivesse em condições de passar rapidamente das formas de luta predominantes no período anterior (reuniões e assembleias em torno da estruturação e da propaganda, tendo como eixo as «eleições») para formas mais elevadas de luta, como grandes manifestações e greves de protesto contra a burla eleitoral e pelas reivindicações populares. O movimento democrático não esteve em condições de operar essa viragem.

Apesar da grande campanha política e do grande esforço organizativo, não conseguira forjar num tão curto espaço de tempo uma organização com capacidade de mobilização e direcção das amplas massas populares. Em resultado do legalismo e do eleitoralismo predominantes em vastos sectores e da inexistência de organizações revolucionárias além do PCP, os quadros, os activistas e as massas não se prepararam para lutas mais agudas.

Da falta de condições para operar essa viragem, resultaram uma certa desorientação, sérias dificuldades de adaptação do movimento democrático às novas condições criadas após a burla eleitoral e um refluxo imediato da acção política.

3. Entretanto, assente na organização anteriormente alcançada, a luta política reanimou-se progressivamente.

No dia 1 de Janeiro, tiveram lugar reuniões, colóquios, festas de convívio, uma manifestação de rua em Alhandra. Nas comemorações do 31 de Janeiro, destacam-se: no Porto, a romagem, a manifestação de rua e a sessão com 1.800 pessoas; em Braga a sessão com 2.000 pessoas; em Vila Franca a romagem e a manifestação de rua com 1.000 pessoas; a concentração em Almada; as sessões do Barreiro e da Baixa da Banheira; além de muitas reuniões e romagens, como a de Viana do Castelo.

Em relação com o *recenseamento*, formaram-se comissões; realizaram-se caravanas automóveis e comícios relâmpago, abriram-se postos, afixaram-se cartazes e organizaram-se piquetes e acções nocturnas de vigilância.

No dia 4 de Fevereiro tiveram lugar várias acções de solidariedade aos povos das colónias portuguesas e no dia 21 de Fevereiro uma manifestação de solidariedade ao povo do Vietnam e contra a guerra colonial, em Lisboa.

No dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, sessões, colóquios, reuniões de convívio no Barreiro, Cova da Piedade, Sintra, Moscavide, Lisboa, Porto, Évora, Santarém, reafirmaram a existência de importantes núcleos de mulheres democráticas, capazes (se unidas, confiantes, fazendo frente à repressão fascista e não se deixando intimidar pela «contestação» desagregadora de oportunistas de direita e esquerdistas) de lançar bases sólidas dum *Movimento das Mulheres* susceptível de atrair milhares de mulheres a iniciativas em defesa dos seus interesses específicos e à luta pelas liberdades democráticas, pela paz, contra a guerra colonial.

A *luta contra a repressão e pela Amnistia* conheceu, já depois da burla eleitoral, novos sucessos. A formação da *Comissão Nacional de Socorros aos Presos Políticos*, de que fazem parte dezenas de destacados democratas de todas as tendências, constitui um importante passo para a transformação desta frente de luta num movimento nacional. O abaixo-assinado nacional pela libertação dos



presos políticos com 15.000 assinaturas, a insistência (em assembleias e manifestações) na reivindicação da dissolução efectiva da PIDE, a campanha em defesa da vida de Pires Jorge e José Carlos, gravemente doentes nas prisões fascistas, a exigência pelas massas da libertação de Octávio Pato numa manifestação na sua terra natal, a reclamação da libertação de Blanqui Teixeira pelas assembleias gerais da Ordem dos Engenheiros e da Associação dos estudantes do IST, atestam os progressos e as possibilidades reais do movimento.

Numerosas *iniciativas progressistas de carácter cultural* (dentro e fora do quadro da actividade das CDE), como conferências, colóquios, mesas redonda, exhibições de filmes, reuniões de confraternização; um apreciável *alargamento da actividade nas mais variadas organizações de massas* e iniciativas para a criação de clubes, círculos, cooperativas, etc.—são, nas condições actuais, aspectos importantes de acção política e de organização, aglutinação de esforços, ligação com as massas.

Algumas destas acções foram grandes jornadas locais. Elas confirmam o esforço de continuidade e as possibilidades de actividade política da Oposição.

As *manifestações do 1º de Maio* (6.000 pessoas no Barreiro e milhares em Moscavide, Vila Franca, Lisboa e outras localidades), em que os trabalhadores durante horas, fizeram frente com valentia à violenta repressão, e que foram seguidas pelas manifestações do dia 4 e a greve de 2.000 operários das oficinas da CP do Barreiro no dia 8, como protesto contra as prisões efectuadas, constituíram uma magnífica jornada de luta, em que a classe operária, uma vez mais, demonstrou estar na vanguarda da luta antifascista.

Estas manifestações, coroando acções políticas que vinham a verificar-se desde princípios do ano, são testemunho da disposição combativa das massas e de que estão amadurecendo as condições para uma nova grande ofensiva política.

4. A criação, em poucos meses, do vasto *movimento organizado das CDE*, em que foi determinante o papel da classe operária e da juventude, e a acção dirigente de amplas comissões de larga representatividade, constituíram uma grande realização e uma experiência com profundas repercussões para todo o desenvolvimento ulterior da luta antifascista.

Dois concepções prejudicaram e prejudicam, porém, a força organizada do movimento.

Por um lado, *uma concepção anarquizante*, segundo a qual o movimento democrático pode e deve prescindir de organismos com responsabilidades de direcção à escala nacional e mesmo distrital e local. Tal concepção tende a privar o movimento dos instrumentos de pronta decisão e iniciativa, particularmente necessários após a burla eleitoral, numa nova fase de luta, em que se tornam extremamente mais difíceis as reuniões e assembleias e as resoluções resultantes dum processo de ampla discussão. A sistemática contestação e a despromoção de quaisquer «personalidades», a negação da necessidade duma direcção, o rotativismo erigido em sistema geral, são alguns dos aspectos dessa concepção.

Por outro lado, *uma concepção sectária* de uma estruturação demasiado rígida, «dirigista», centralizadora, sem representação adequada nos organismos superiores dos delegados das organizações, contraria a dinâmica do movimento e a indispensável maleabilidade da sua organização e não corresponde nem à diversidade política existente de distrito para distrito, nem aos diferentes níveis de acção e organização dos vários sectores.

A inexistência duma direcção representativa do movimento com prontidão de decisão e iniciativa, um trabalho fechado e ineficiente de organismos de «cúpula», organismos de base voltados mais para a discussão dos problemas internos que para a acção de massas, o arrastar de discussões, a ausência de resposta aos acontecimentos políticos, a morosidade das decisões, a fraca operatividade, são alguns dos aspectos negativos da actual situação, resultantes não só do peso das ilusões legalistas e da actividade desorientadora dos verbalistas de esquerda, como do facto do movimento democrático não ter encontrado a justa orientação nos problemas de organização.

Sem uma vida democrática, sem a continuação do processo que constituiu a dinâmica fundamental da organização em 1969, o movimento perderia o que foi uma das grandes razões do seu êxito e condenar-se-ia a ser uma «cúpula» separada das massas, um grupo de falsos «leaders» e «representantes da Oposição», que se limitariam a «marcar presença» como sucedeu em anos transactos.

Sem organismos de coordenação de direcção, gosando de autonomia e de margem de iniciativa, o movimento democrático estaria condenado à desarticulação, à descoordenação, à paralisia, à final destruição.

O problema capital que o movimento democrático defronta no domínio da organização é o de associar um funcionamento amplamente democrático, a intervenção de milhares de activistas das comissões de base, a maleabilidade que tenha em conta a diversidade das situações regionais e a complexidade da semi-legalidade, com a criação de organismos estáveis prestígiados de coordenação e iniciativa, que sejam a emanação do próprio movimento e aos quais este confira (sob adequado controle) responsabilidade e poder de decisão.

A coordenação à escala nacional, que os Encontros Nacionais

asseguraram e que os organismos do MOD procuraram fazer progredir, é uma necessidade para que o movimento democrático possa responder de forma adequada à política fascista.

O movimento democrático tem que encarar de frente as dificuldades com que está a tropeçar no domínio da organização. As formas de organização são um instrumento cuja validade se afere pela eficácia.

Grandes diferenças distritais aconselham soluções orgânicas diversas para os vários distritos, cuja autonomia corresponde à actual situação do movimento. Os Encontros Nacionais provaram ser uma forma válida de coordenação. A solução correcta dos problemas orgânicos será aquela que assegure a continuidade do movimento legal e semi-legal, o reforço da unidade entre os diversos sectores políticos e entre os diversos distritos, o desenvolvimento da acção política e da luta de massas. A organização democrática unitária deve tornar-se o instrumento dinamizador da acção política.

5. A consolidação, alargamento e vida da organização, não podem ser alcançados, se os problemas de organização são encarados separadamente da acção política.

São graves entraves ao desenvolvimento do movimento democrático a falta duma *perspectiva clara de acção política e da definição das tarefas práticas voltadas para um trabalho de massas*.

A definição dos objectivos políticos imediatos de acção e a mobilização de energias para desencadear a luta por eles são de importância capital para a consolidação e o reforço do movimento em todos os seus aspectos e para a formação dum verdadeiro exército político, para o alargamento do seu apoio de massas, para a criação de condições subjectivas necessárias a lutas dum nível superior.

6. O desenvolvimento do movimento democrático e a consolidação e reforço da unidade antifascista exigem que prossiga a *luta contra as tendências oportunistas de direita e de «esquerda»*, cuja reactivação reflecte as ilusões, hesitações e impaciência da pequena burguesia ante as dificuldades, após a burla eleitoral.

No terreno político, são de combater as ilusões acerca da natureza de classe e do significado da demagogia «liberalizante». São de combater as ilusões acerca dum processo evolutivo para a democracia, como política dum suposto capitalismo «ascendente» ou «empreendedor». É de combater a demagogia (esquerdista nas palavras e direitista no fundo) segundo a qual já «não tem sentido» e «está ultrapassada» a luta contra o fascismo, pela liberdade, pelas reivindicações imediatas. É de combater a tendência para substituir a definição de objectivos concretos de acção pela discussão interminável de grandes programas «estratégicos».

No que respeita aos *problemas de organização*, é de combater a passividade, a falta de iniciativa e de espírito operativo, a tendência para demorados estudos em círculos fechados, que se manifesta em muitos destacados democratas e em organismos responsáveis e que reflecte falta de confiança na força do movimento e das massas. É também de combater tanto uma fraca representação da base nas estruturas superiores, como a demagogia «basista» daqueles que pretendem combatendo as cúpulas, transformar a base do movimento num auditório do seu verbalismo.

No que respeita à *táctica e formas de acção*, é de combater o eleitoralismo, que leva alguns a admitir que o movimento democrático terá de esperar pela nova previsível burla eleitoral de 1973, para poder desencadear uma ampla ofensiva política, ideia que, a ser aceite, levaria a perda completa da iniciativa, à rotina, à retirada de milhares de activistas, à condência passiva aos fascistas das posições conquistadas através da luta. São de combater, tanto as tendências para os jogos de bastidores, o compromisso e o colaboracionismo, como as tendências para lançar o movimento legal e semi-legal numa actividade de conteúdo clandestino. São de combater, tanto ilusões num golpe militar dos radicais pequeno-burgueses que perderam todas as perspectivas, como ideias de acções terroristas, que refreariam o movimento popular sem em nada adiantarem o processo revolucionário.

O oportunismo de direita e de «esquerda» introduz no movimento democrático factores de desorganização e de divisão e entrava a acção de massas, que é a única base sólida e a maior força do movimento.

7. A *unidade* alcançada na acção popular em 1969 foi um êxito. Com a sua demagogia «liberalizante» e a oferta de facilidades preferenciais aos elementos oportunistas, o governo esperava dividir os democratas, conseguir a formação duma Oposição colaboracionista, isolar o Partido Comunista e separar assim o conjunto do movimento da sua única força verdadeiramente organizada e revolucionária. Fracassou tal propósito fascista. Os oportunistas foram neutralizados e progressivamente isolados pela acção democrática cada vez mais ampla, pelos sentimentos unitários predominantes, pela unidade das massas, pela vaga de fundo vinda das fábricas, das empresas, das escolas.

A unidade entre democratas das mais variadas tendências estabeleceu-se na acção comum, na participação (no movimento e nas suas organizações) de milhares de democratas sem filiação partidária, no amplo apoio de massas às CDE.

A consolidação da unidade é indispensável para o prosseguir

mento da sua acção. O movimento democrático e a sua organização unitária têm em si força bastante para alcançar novos êxitos.

Sendo um largo movimento de opinião, é essencial que se reforce a sua coesão (quanto aos objectivos, às formas de organização e aos métodos de acção) e que as estruturas orgânicas se alarguem e desenvolvam numa ampla acção política, ligando-se cada vez mais estreitamente às massas, atraíndo estas à luta, confiando nelas e ganhando a sua confiança.

Essa unidade interna não significa a redução do campo unitário, antes conduz ao seu alargamento. Seria grave erro se o movimento democrático unitário «quebrasse as pontes» com outros sectores da Oposição, incluindo algumas CDE, que se colocaram à margem das formas de coordenação do movimento. Deve continuar a ser defendida a unidade sem quaisquer discriminações na luta com objectivos concretos imediatos.

Como o PCP sempre tem insistido, a maior força da Oposição antifascista reside na unidade do povo em luta. A unidade do movimento organizado e dos sectores políticos é poderoso instrumento de dinamização, é poderoso estímulo à unidade de acção das massas populares. Daí a sua importância.

IV

Alarga-se e organiza-se a luta reivindicativa operária. O movimento sindical em marcha

1. A classe operária prossegue vigorosamente a luta pelos seus interesses vitais imediatos, fazendo frente à exploração do Capital e à política do seu governo.

Ao contrário do que afirmam os verbalistas pseudo-revolucionários, a luta reivindicativa da classe operária continua sendo uma das principais frentes de luta contra a ditadura fascista.

A extensão da luta a um número crescente de empresas e regiões; a sua continuidade; a unidade e a participação da grande massa dos trabalhadores das empresas e sectores em luta; a multiplicação das Comissões de Unidade e o melhoramento da organização das lutas nas empresas; progressos importantes nos contactos e formas de coordenação das lutas nas empresas; amplas acções nos Sindicatos Nacionais; — são os principais traços característicos da luta no período decorrido após a burla eleitoral, confirmando que a classe operária se mantém na ofensiva.

Embora, neste período, a luta reivindicativa não tenha adquirido, na generalidade, as formas agudas que, no primeiro semestre de 1969, revestiu nos centros industriais da região de Lisboa, ela desenvolve-se numa mais vasta frente e tem conduzido a importantes vitórias. Os nítidos progressos da organização e a unidade e firmeza dos trabalhadores indicam que a classe operária está em condições de prosseguir vitoriosamente a sua luta e que serão inevitáveis choques mais agudos e novas grandes greves, se o patronato e o governo (que tem cedido em numerosos casos ante a pressão das massas) recusam a satisfação das legítimas reivindicações apresentadas.

2. Numerosas lutas fundem-se numa vasta ofensiva pelo aumento de salários, pela revisão dos CCT, contra as horas extraordinárias, pelo salário mensal, pelo pagamento do 7º dia, e do 13º mês, pelo alargamento do período de férias e subsídios de férias, pela reforma, por salário igual a trabalho igual, pelo feriado do 1º de Maio e por outras reivindicações.

Fazem greve às horas extraordinárias os portuários de Leixões, os trabalhadores da Carris de Lisboa e da Vaz Guedes de Alverca.

Fazem greve os operários da «Penteadora» de Unhais da Serra (durante 2 semanas) e os trabalhadores do Matadouro de Santarém. Mantêm-se em greve cerca dum mês os pescadores do Algarve, fazem greve os de Peniche e estão em greve os de Matosinhos. *Fazem curtas greves de braços caídos* os operários da Sapec, da fábrica de limas de T. Feteira, em Vieira de Leiria, de Oliveira e Ferreira de Riba de Ave.

Paralisações têm lugar na Oliveira e Ferreirinha, Sonafi, Sepsa, Efaec, Nacitex, PHL e Foncar do Porto, «Violas» de Cortegaça e Espinho, IMA e Barreiros de Setúbal, Evima, UPLA e M. Pereira Roldão na Marinha Grande, Abelheira de S. Antão do Tejal, Garrafões, de Porto Alto, Sonaca de Sacavém, Parque Aeronáutico de Alverca (secção de ponto), UTIC e Batista Russo de Lisboa, Gaz Cidla da Moita.

Fazem «cera» os operários da Trefilária e da Loixa de Sacavém, da INAPA de Setúbal, CIRA de Castanheira do Ribatejo, UFA do Lavradio.

tem lugar *concentrações* em numerosas fábricas, como Pólvora de Moscardid, Construções Técnicas de Alverca, Cimento Tejo de Alhandra, Sôda Póvoa, S. Saldanha de S. Iria, Corticeira de Lisboa.

Recusam-se à intensificação do trabalho as conserveiras de Benedito Garcia da Afurada.

Abaixo-assinados e diligências de comissões apoiadas pelas massas tem lugar em centenas de fábricas e empresas.

Para discutirem os problemas da classe, realizam-se *reuniões e assembleias* de metalúrgicos do Porto, de têxteis, de bancários, de

ferroviários e outros sectores.

Com a luta nas empresas, associa-se a luta nos *Sindicatos*

O facto de que, apesar da resistência do patronato e do governo, da demagogia, das ameaças e da repressão, a maior parte das lutas têm terminado com vitórias totais ou parciais, testemunha a unidade, firmeza e combatividade dos trabalhadores e confirma que continuam a existir condições particularmente favoráveis (resultantes da crise que o regime atravessa) para o sucesso da luta reivindicativa. Fortalecendo-se as organizações nas empresas e os organismos de coordenação; ampliando-se a luta de massas; utilizando formas variadas de acção segundo as condições existentes; não tendo a vertigem do sucesso nem alimentando ilusões em mecanismos automáticos que garantam o nível dos salários reais («escala móvel» de salários); — os trabalhadores podem alcançar a curto prazo a satisfação de importantes reivindicações.

As lutas reivindicativas dos trabalhadores juntam-se lutas reivindicativas de outros sectores profissionais, destacando-se as *greves dos médicos dos hospitais de Lisboa*, em Fevereiro e Março apoiada por amplas assembleias dos médicos do Porto, a greve do pessoal de enfermagem em Lisboa, a luta dos auxiliares de enfermagem de Évora, a greve de vendedeiras do mercado de Viseu, os protestos dos comerciantes de Coimbra, o movimento nacional dos aspirantes das Câmaras Municipais, a luta dos sargentos da Marinha e da Força Aérea, e doutros sectores das Forças Armadas, o abaixo-assinado com 5.000 assinaturas dos habitantes do concelho de Loures acerca das rendas de casa e outras.

O significado das lutas reivindicativas transeende largamente os seus objectivos imediatos. As lutas reivindicativas têm uma elevada importância política. Elas dirigem-se, não apenas contra o patronato, mas contra o seu governo fascista e o seu Estado fascista. Elas desmascaram e põem em causa a demagogia «liberalizante» do governo de M. Caetano. As reivindicações apresentadas traduzem, em relação a situações concretas e a problemas imediatos, objectivos políticos essenciais da revolução democrática e nacional, que aparecem com frequência crescente associados às reclamações imediatas. A frente da luta reivindicativa continua a ser uma das frentes principais da luta contra a ditadura fascista.

3. A *organização* é factor decisivo do desenvolvimento e do sucesso da luta reivindicativa.

As *Comissões de Unidade* nas empresas continuam a ser a forma de organização fundamental e acusam um amplo desenvolvimento. É indispensável criar comissões onde ainda não existem, assegurar o seu carácter permanente e a sua continuidade, reforçar a sua ligação estreita com as massas e o apoio constante das massas através de abaixo-assinados, concentrações, paralizações, etc. O principal campo da batalha reivindicativa da classe operária é a empresa. É a partir da empresa que se reforça a unidade da classe operária como factor essencial do êxito.

A *coordenação da actividade das Comissões de Unidade* (regional, local e por ramo de actividade) é uma importante tarefa na fase actual de desenvolvimento da luta reivindicativa. É indispensável acentuar os passos dados, promovendo-se reuniões de delegados das empresas, transformando essas reuniões em efectivos organismos de coordenação, com a perspectiva de formação de Comissões de Coordenação de carácter permanente constituídas por delegados das Comissões de Unidade.

As *Comissões de Classe e Comissões de Trabalhadores*, que existem em alguns sectores com representantes de numerosas empresas, são instrumentos valiosos, sobretudo em relação às reclamações e diligências junto dos Sindicatos Nacionais e de entidades do aparelho governamental forçadas a reconhecê-las como os legítimos representantes dos trabalhadores. Entretanto, em alguns casos, a acção, continuidade e força dessas Comissões são enfraquecidas pela fuga à luta e à organização nas empresas. É indispensável reforçar o trabalho das Comissões de Classe com a formação de Comissões nas empresas. Em sectores onde há uma forte luta e organização nas empresas, são de combater algumas iniciativas para formar Comissões de trabalhadores que não são mandatados nem representam efectivamente os trabalhadores e pretendem criar artificialmente, à margem e acima da luta e da organização nas empresas, «estruturas superiores» de direcção da luta no seu conjunto.

Os *Encontros Regionais e Nacionais* de trabalhadores podem também desempenhar importante papel desde que se baseiem nos organismos independentes dos trabalhadores.

O nível da luta e o grau de organização do movimento operário determinam a orientação em relação às *Comissões Internas de Empresa (CIE)* e «*Comissões do Pessoal*» criadas por alguns patrões com o fim de controlar o movimento reivindicativo, impedir a organização independente dos trabalhadores, conduzir à dissolução das Comissões de Unidade. Em condições e sectores muito particulares (atraso da luta e da organização) pode ser justo considerar o aproveitamento de possibilidades de luta, abertas pelas CIE e «Comissões do Pessoal». Com esta ressalva é necessário resistir firmemente às tentativas do patronato para criar tais Comissões, boicotá-las e trabalhar tenazmente para a formação e reforço das Comissões de Unidade em cada empresa.



4. A *Luta nos Sindicatos Nacionais* associa-se de forma crescente à luta nas empresas. Amplas *Comissões* com dezenas de membros representando numerosas empresas (metalúrgicos, têxteis, empregados bancários, de comércio e de escritório) assim como *grupos de trabalho* e outros organismos, têm uma importante acção na mobilização de massas.

Confirmando a correcção da orientação traçada pelo PCP (que indicou as favoráveis perspectivas para o desenvolvimento da luta sindical nas condições da crise agravada do regime fascista e da demagogia «liberalizante»), multiplicam-se no SN as acções de massas pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores.

Associada frequentemente à luta nas empresas, a concentrações, greves, paralizações, abaixo-assinados, as lutas nos SN têm conduzido em muitos casos a importantes vitórias reivindicativas (aumento de salários, revisão dos CCT, etc.) e põem em causa o funcionamento e a orgânica sindical fascista.

A classe operária e as massas trabalhadoras, ao mesmo tempo que colocam em insubstância, no plano político, a reclamação da liberdade sindical ligada à luta pelo derrubamento do fascismo, manifestam a firme vontade de liquidar o sindicalismo fascista, considerando como objectivos imediatos, nas condições actuais, desmascarar as irregularidades e arbitrios praticados nos SN, escorraçar dos SN as direcções de lacaios do patronato e do fascismo, pôr à frente dos SN homens de confiança dos trabalhadores, tomar conta dos SN transformando-os em instrumentos de defesa dos interesses de classe.

A multiplicação de lutas nos SN, grandes acções reivindicativas e importantes vitórias alcançadas mostram que está em marcha um amplo movimento sindical, libertado do controle patronal fascista.

5. A acção dos trabalhadores nos SN encontra, da parte dos fascistas, uma resistência pertinz particularmente forte nos sindicatos operários, pois os fascistas conhecem e temem a força revolucionária do proletariado. Por isso negam-se a dar posse a direcções eleitas, como no *SN dos Metalúrgicos do Porto*. Recusam a realização de Assembleias Gerais requeridas pelos associados, como no caso do *SN dos Metalúrgicos do Porto* (721 assinaturas) e no *SN dos Têxteis do Porto* (600). Mantêm Comissões Administrativas. Adiam ilegalmente as «eleições». Violam flagrantemente os Estatutos. Usam de pressões, manobras, promessas, demagogia, falsificações. Em diversos casos, os operários mostram, porém, com a sua acção e a sua unidade, estarem em condições de, prosseguindo a luta, vencer as resistências fascistas.

A homologação das direcções eleitas em 1963 nos *SN dos Metalúrgicos de Braga*, dos *operários de lanifícios (Serra da Estrela)* do pessoal das *Oficinas da CP do Barreiro* são magníficas vitórias que confirmam as possibilidades de vencer a resistência fascista e pôr à frente dos sindicatos, operários de confiança da classe.

A grande Assembleia sindical de 2.500 operários vidreiros da *Marinha Grande* em 3 de Fevereiro, na sequência da acção duma Comissão Geral e de exposições com milhares de assinaturas, é um exemplo de organização, de unidade, de combatividade da classe operária na frente sindical. Os vidreiros da *Marinha Grande*, os ferroviários, os metalúrgicos, os têxteis, não só continuam a luta reivindicativa nos sindicatos, como com as suas lutas, encontros, grandes assembleias, põem na ordem do dia a eleição e a posse de direcções da sua confiança.

Em vários outros sindicatos, desenvolvem-se importantes acções e alcançam-se grandes vitórias. No *SN dos Bancários*, na sequência da vitória de 1963 que levou à Direcção homens da confiança da classe, realizam-se grandes assembleias em Lisboa (1.000 participantes em 18 de Fevereiro e 7.000 no Ginásio do Benfica em 18 de Abril) e no Porto (3.000). No *SN dos Operários de Lanifícios de Lisboa* é eleita uma direcção da confiança dos trabalhadores. No *SN dos Empregados de Comércio de Lisboa*, depois duma luta pertinz da classe (particularmente dos caixeiros), é eleita por mais de 90% dos votos uma nova direcção. No *SN dos Jornalistas* foi igualmente eleita, por esmagadora maioria, uma lista de confiança da classe (23 de Fevereiro). Na *Ordem dos Médicos*, a assembleia de 21 de Março censura os métodos antidemocráticos da mesa e exige a remodelação orgânica da Ordem. Os arquitectos, no Encontro Nacional de Dezembro de 1963, discutem amplamente a acção sindical.

A associação à luta nas empresas da acção nos SN, por melhores salários, por CCT que atendam as reivindicações da classe, pela reorganização da vida sindical, alargam-se a dezenas de outros sindicatos e sectores profissionais de diversos distritos: electricistas, ferroviários do Norte e dos serviços centrais, operários de panificação, operários das artes gráficas, operários de lanifícios, maquinistas, fogueiros, profissionais dos telefones, profissionais de tamancaria, cobradores, enfermeiros, litógrafos, marceneiros, motoristas, profissionais das indústrias químicas, vendedores de automóveis, comercialistas, pessoal da TAP, ourives, professores do ensino particular, profissionais da indústria hoteleira, profissionais do cinema, pagadores da banca e casinos, etc.

Em alguns casos, reclama-se a formação de sindicatos (construções navais, contabilistas, empregados das previdências, profissionais da informática) ou de secções de SN já existentes (metalúrgicos de Vila Franca).

Apesar de hesitações e debilidades, por vezes mesmo, em alguns casos raros, escolha desacertada de dirigentes resultante do mau conhecimento dos homens, trata-se de um amplo movimento, em

que participam já muitas dezenas de milhar de trabalhadores e que constitui um dos mais salientes aspectos da luta popular no período decorrido após a burla eleitoral.

6. A ampla participação de massas nas lutas sindicais e as vitórias alcançadas, confirmando a justeza da orientação do PCP, expõem com evidência o infantilismo político, e o completo desconhecimento do movimento operário, dos verbalistas pseudo-revolucionários, que acusavam de «oportunistas» o trabalho nos SN, proclamavam que os trabalhadores voltam as costas aos SN e faziam apelos (que ninguém ouviu) para a criação de sindicatos clandestinos.

O desenvolvimento da luta sindical é da mais alta importância para os trabalhadores e para a luta antifascista em geral. Reforça a organização dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses de classe. É um factor de unidade e um instrumento de ampla mobilização de massas. Tem um directo significado político. Atinge e enfraquece a orgânica corporativa, peça essencial do Estado fascista. É um aspecto de luta pela liberdade sindical e pelas liberdades democráticas em geral.

7. O alargamento da luta reivindicativa nos SN (aliada à luta nas empresas) a todos os sectores profissionais e a todas as regiões do país e particularmente aos sindicatos operários, a multiplicação de assembleias e concentrações massivas nos SN, amplas iniciativas contra as irregularidades na vida dos SN, a defesa das direcções que gozam da confiança da classe, a exigência de assembleias gerais extraordinárias e de eleições sérias e a preparação da classe para elas, a iniciativa para a criação de secções sindicais, o fortalecimento das Comissões Sindicais, Encontros Inter-Comissões e Inter-Direcções, a realização de encontros regionais e nacionais para tratar dos problemas sindicais — são tarefas urgentes para a ampliação e reforço do movimento sindical.

O desmascaramento das manobras e da demagogia do governo, do INTP e dos dirigentes sindicais fascistas; a resistência a quaisquer abusos que sejam praticados ao abrigo do decreto da «homologação prévia» e a luta contra esta; o combate ao oportunismo que leva a substituir a ampla acção dos trabalhadores por timidas e burocráticas diligências de comissões ou direcções separadas das massas; — são também condições indispensáveis para o êxito da actividade sindical.

A experiência mostra que uma ampla mobilização dos trabalhadores, a firmeza dos grupos de iniciativa, a confiança na força das massas, podem conduzir a novos e grandes sucessos na frente sindical e à criação dum grande movimento sindical à escala de todo o país.

V

Por um movimento da juventude trabalhadora Pelo reforço da frente estudantil

1. A juventude está nas primeiras filas em todas as tarefas e em todos os momentos em que a luta exige dos activistas energia, dinamismo, coragem, abnegação.

A juventude trabalhadora desempenhou no ano decorrido um importante papel dinamizador tanto nas lutas operárias como na acção política de massas nos centros industriais, donde partiu a vaga de fundo que deu ao movimento democrático a sua maior força, combatividade e projecção.

Depois da batalha «eleitoral», em que a juventude trabalhadora deu uma larga e entusiástica participação a todas as acções de massas e teve, apesar da repressão, importantes iniciativas, designadamente a assembleia de 400 jovens do Porto e o Encontro Distrital de Lisboa de 25 de Outubro realizado em Vila Franca, os jovens trabalhadores continuaram a destacar-se na luta reivindicativa e política. As manifestações que assinalam as comemorações do 1.º de Maio em Lisboa e na Margem Sul, e do 31 de Janeiro principalmente no Porto e em Vila Franca, as corajosas acções de rua e de empresa no Barreiro e também na região de Lisboa, contra a repressão, as greves dos aprendizes da *Marinha Grande*, as reuniões, encontros, excursões e muitas outras iniciativas, são significativas expressões da capacidade e disposição de luta dos jovens trabalhadores numa fase nova e complexa da luta.

2. A falta de uma orientação clara e de quadros experimentados; a tardia decisão de criar um movimento legal nacional; a absorção de jovens em reuniões de carácter interno; a acção desorientadora, revisionista e paralizante de estudantes pseudo-revolucionários; a subestimação da importância da criação de um movimento da juventude por parte de diversos sectores do Movimento Democrático.

Daf a actividade irregular, uma multiplicação de encontros regionais e nacionais pouco eficientes.

Entretanto, formaram-se diversos grupos regionais e locais que têm mantido uma actividade regular. Os núcleos de jovens tiveram um importante papel em todo o ascenso da luta popular. Muitos encontros de jovens foram magníficas jornadas de confraternização.

Os núcleos regionais e locais existentes de jovens trabalhadores constituem um importante ponto de partida o desenvolvimento duma ampla actividade legal de massas que conduza à formação do movimento nacional da juventude.

A diferença existente entre os vários núcleos quanto à composição social, ao tipo de iniciativas, aos objectivos imediatos, aconselham os jovens a reforçar o trabalho regional e local, mantendo a coordenação que souberam estabelecer e evitando uma centralização precipitada.

3. Um movimento nacional da juventude trabalhadora tem que definir com clareza os seus objectivos políticos e de acção que devem corresponder aos problemas e aspirações fundamentais da juventude em geral e dos jovens trabalhadores em particular.

Um movimento da juventude trabalhadora nunca poderia constituir-se na base dum frascado pseudo-revolucionário e muito menos sob a influência paternalista e pretenciosa de jovens pequeno-burgueses que consideram que cabe à pequena burguesia dirigir o movimento dos trabalhadores.

Um movimento da juventude trabalhadora só poderá constituir-se na base do desenvolvimento da luta pelas reivindicações e aspirações mais profundas dos jovens trabalhadores e pela formação de estruturas maleáveis adequadas a essa luta.

As reivindicações económicas e sociais da juventude; a actividade educativa e cultural; as iniciativas de convívio e confraternização progressistas; a luta pelas liberdades democráticas fundamentais e contra a guerra colonial; a propaganda e a agitação dos grandes objectivos e iniciativas juvenis: — são os eixos principais da acção dos jovens trabalhadores.

Para que o movimento da juventude se desenvolva é necessário que os jovens tomem nas suas mãos a direcção e a iniciativa.

Erros e insucessos são inevitáveis. A iniciativa, a audácia são, porém, essenciais para o progresso do movimento, a formação de dirigentes juvenis, o dinamismo nas acções de massas.

4. A luta dos estudantes, afirma-se com grande continuidade à escala das três academias, alarga-se a liceus e a escolas técnicas, assume frequentemente uma poderosa expressão de massas, revela um vivo descontentamento e uma grande energia combativa e impõe abertamente o direito do movimento associativo intervir nos problemas nacionais.

As greves de Lisboa e Coimbra contra a repressão, do mês de Maio; as greves da quase totalidade das faculdades de Lisboa por vezes acompanhadas de ocupação da faculdade e anfiteatros, como as de Letras, Direito, Económicas, Instituto Industrial e Comercial e de alguns cursos do Porto, por reivindicações pedagógicas; as assembleias de milhares de estudantes de Coimbra e a vitória associativa nas eleições da Associação Académica; as manifestações de rua de Lisboa e Coimbra contra a repressão, contra as provocações fascistas, contra a guerra colonial, são os aspectos mais salientes de uma vasta movimentação.

Os estudantes conquistam pela luta novas posições e fazem finalmente triunfar reivindicações por que há muito se batiam. Em Coimbra, vencem em todos os pontos fundamentais: demissão do reitor e outras autoridades académicas implicados na repressão e delação de estudantes; normalização da vida associativa, amnistia e anulação de todas as punições designadamente a incorporação nas forças armadas ao abrigo de uma lei de excepção. Em Lisboa alcançam importantes conquistas pedagógicas (exames, faltas, organização de cursos). No Porto consolidam o direito de reunião e impõem uma reforma provisória do curso de arquitectura.

A conquista pelos estudantes da Universidade Técnica de Lisboa, do direito de representação no Conselho Universitário, coloca na ordem do dia a representação das Associações de estudantes noutros órgãos de gestão do ensino.

As iniciativas múltiplas e audaciosas dos estudantes em direcção à reforma democrática do ensino e da Universidade, inserindo-se nos sucessos do movimento democrático, forçam o governo a mudar de actuação e de ministro a recuar para além das posições que admitira inicialmente ter de ceder.

5. A coragem, o espírito inovador da juventude estudantil não podem ser confundidos com o verbalismo pseudo-revolucionário de alguns dirigentes oportunistas que dificultam a transformação das lutas estudantis em grandes vitórias da juventude.

Entretanto as tendências oportunistas prejudicaram e prejudicam gravemente o desenvolvimento da luta estudantil. Manifestam-se principalmente através da verbalização esquerdista que encobre posições do mais acabado oportunismo de direita; combatem o trabalho organizado e a luta por objectivos concretos; empurram o Movimento Associativo para a discussão anarquizante; apregoam a concepção de que o fascismo desapareceu; sentem a confusão, a oscilação e conduzem à paralisia e ao impasse as estruturas e os centros dirigentes do movimento estudantil.

A influência negativa do revolucionarismo verbal explica em grande parte a ausência de lutas conjuntas e unificadas e um relativo isolamento da luta estudantil em relação ao movimento popular de massas e ao movimento democrático.

São particularmente perigosas as tendências oportunistas e capitulacionistas que se manifestaram em Coimbra, designadamente nas diligências ao Presidente da República e ao M.E.N. Servindo-se do oportunismo de alguns dirigentes estudantis, o governo de M. Cuetano apresenta como actos de clemência e generosidade as cedências que lhe são impostas pelas lutas estudantis. Servindo-se do verbalismo de outros procura fazer passar por democrática a reforma fascista do ensino e desviar os estudantes da luta antifascista e pelas liberdades fundamentais.

6. A intensificação e unificação da luta pedagógica no contexto da luta pela reforma democrática do ensino, a luta pela legalização das comissões pro-associação e das comissões instaladoras, a luta pela representação nos órgãos de gestão do ensino e da Universidade, a luta contra a repressão e pelas liberdades fundamentais, a luta contra as guerras coloniais são as grandes direcções capazes de assegurar o progressivo desenvolvimento do movimento estudantil.

Ao contrário do que afirmam os verbalistas de «esquerda», a experiência demonstra que a carência de objectivos concretos e imediatos de luta é uma das principais debilidades do movimento estudantil no último período.

É tarefa imediata dos estudantes comunistas examinar atentamente a actividade dos comunistas nas escolas e, em particular, a orientação política, as formas de organização, o debate ideológico, a educação marxista-leninista dos estudantes, a integração de estudantes na luta pela democracia e o socialismo.

VI

Perspectiva revolucionária e tarefas imediatas

1. Se o ano e meio decorrido não bastasse, os acontecimentos mais recentes mostram a evidência que a pretensa política «liberalizante», não visa a liquidação, mas sim o reforço do Estado fascista.

Desfizeram-se em grande parte as ilusões oportunistas, segundo as quais um processo evolutivo poderia através da «liberalização» marelista, conduzir à democracia. Os próprios factos desmentiram as previsões da ASP e as «análises» dos radicais pequeno-burgueses dos «Cadernos Necessários», ou dos estudantes anticomunistas da EDE, que viam nessa política a construção dum novo sistema político traçado pelas «forças ascendentes do capital»...

Ao longo dos anos (e em 1969 uma vez mais) as forças democráticas têm insistido em utilizar as possibilidades constitucionais e legais duma modificação da situação política portuguesa. São os fascistas que declaram como clandestina a acção legal da Oposição, negando-se a cumprir a sua própria constituição e as suas próprias leis sempre que consideram que estas não protegem suficientemente os interesses dos monopólios e da camarilha governante. Os fascistas são inteiramente responsáveis pela luta violenta a que a sua política inevitavelmente conduz.

Contra a demagogia fascista e as ilusões oportunistas, é necessário manter bem viva nas massas a ideia de que o fascismo não poderá ser liquidado por aqueles mesmos que querem salvá-lo. É necessário ganhar os militantes e as massas para a ideia de que o derrubamento da ditadura fascista exigirá uma luta revolucionária aguda, o levantamento nacional popular, a insurreição.

Essa perspectiva coloca ante as forças antifascistas tarefas complexas, que transcendem largamente o quadro da organização e actividade legal e semi-legal.

2. As formas legais e semi-legais de organização e acção, apesar da sua extrema importância, não podem corresponder a todas as exigências do processo revolucionário.

A associação da actividade legal e da actividade clandestina é indispensável nas condições do fascismo. Sem a actividade clandestina do PCP, as lutas legais e semi-legais da classe operária, da juventude, dos democratas, seriam incomparavelmente menores.

Todo o movimento antifascista se recente gravemente do facto de, praticamente, nenhum dos sectores da Oposição com excepção do PCP, desenvolver uma actividade clandestina. O exclusivismo de formas legais e semi-legais de organização e acção limita o desenvolvimento da luta popular. Sem passar por formas de acção abertamente ilegais e sem dispôr de fortes organizações revolucionárias clandestinas, a luta popular não poderá conduzir à insurreição vitoriosa.

Uma das grandes debilidades do movimento antifascista português tem sido a falta de capacidade para passar de uma para outras formas de luta, quando há mudanças das condições concretas ou acontecimentos políticos que o exigem. Tem que ser feito um decidido esforço para vencer essa debilidade.

O Comité Central do PCP, renova a sua declaração de que está pronto a considerar, com todos os sectores políticos da Oposição e com todos os militantes democratas que o desejem, os objectivos da luta, os métodos de acção, as formas de cooperação e de unidade, tanto legal como clandestinas.

3. Constituinte as forças armadas o esteio fundamental da ditadura e sendo eles o instrumento da guerra colonial em que o país está envolvido, a conquista de posições no aparelho militar é necessária para o agravamento da crise do regime, para o desenvolvimento da luta contra a guerra colonial, e numa perspectiva mais larga, para a criação de condições subjectivas favoráveis ao levantamento nacional, à insurreição popular armada, que (como sublinha o Programa do PCP) «devido à natureza militarista do Estado implica a participação e neutralização de importante parte das forças militares».



O trabalho de organização nas forças armadas é particularmente complexo nas condições actuais, dadas as deslocações de efectivos, a guerra colonial, a depuração do quadro de oficiais e o elevadíssimo número de deserções que, constituindo embora um grande e positivo movimento de protesto contra a guerra colonial, afasta das forças armadas uma grande parte dos jovens politicamente mais conscientes.

Apesar desses factores e da influência negativa exercida pelo abandono duma perspectiva revolucionária pela generalidade dos sectores da Oposição, e pela subestimação do papel das forças armadas na manutenção do fascismo existem condições para reforçar consideravelmente este trabalho.

O número elevado de deserções, o movimento dos sargentos da Marinha e da Aviação; os levantamentos de rancho como os de V. Novas e Escola de Marinheiros de V. Franca de Xira; a greve dos monitores, a manifestação no juramento de bandeira e o movimento de protesto, contra o castigo dum cadete em Mafra; a agitação e inscrições nos quartéis; — são, entre muitos, sinais patentes do descontentamento que lavra nas forças armadas.

A amplitude da opinião antifascista, a hostilidade à guerra colonial, numerosas ações de soldados, sargentos e oficiais milicianos, mostram que existe nas forças armadas um vasto campo de recrutamento e de actividade revolucionária.

4. É tão absurdo pensar que o derrubamento do fascismo pode ser alcançado apenas através da luta legal e semi-legal por reivindicações imediatas, como pensar que sem essa luta se pode chegar ao derrubamento do fascismo.

A luta de massas, motor da revolução, desenvolve-se, não em torno de consignas abstractas, mas por objectivos concretos. No momento actual, são objectivos fundamentais:

- 1 — A liberdade de associação, de expressão de pensamento, de manifestação, de greve e sindical;
- 2 — A abolição da censura e o direito de informação;
- 3 — O reconhecimento da existência legal da oposição democrática, das suas organizações e meios de propaganda;
- 4 — A libertação de todos os presos políticos, o regresso dos exilados, a abolição das «medidas de segurança», a cessação das torturas aos presos, o inquérito aos crimes fascistas e abusos de autoridade;
- 5 — A dissolução efectiva da PIDE (encoberta sob o nome de DGS) e da Legião Portuguesa;
- 6 — A gestão das organizações de massas, designadamente nos Sindicatos Nacionais e das Associações de Estudantes, pelos seus associados;
- 7 — A satisfação das reivindicações económicas imediatas da classe operária e das massas laboriosas;
- 8 — O fim imediato da guerra colonial, insistindo na urgência de estabelecer contactos e negociações com os legítimos representantes dos povos de Angola, Guiné e Moçambique;
- 9 — Uma viragem na política externa na base das relações pacíficas com todos os povos.

Apesar das dificuldades resultantes do agravamento da repressão, continuam a existir condições para a criação e desenvolvimento de movimentos nacionais:

- um movimento sindical, que deu nos últimos meses importantes passos;
- um movimento da juventude trabalhadora, que tem as condições básicas do seu desenvolvimento nos núcleos regionais já existentes;
- um movimento contra a repressão e pela Amnistia que, a partir das iniciativas e campanhas em curso, pode tornar-se um grande movimento nacional;
- um movimento das mulheres, com base na luta pelas suas reivindicações específicas e no desenvolvimento das suas comissões.

A luta das populações por interesses locais e regionais (arruamentos, transportes, águas, esgotos, construção de escolas, rendas de casa, poluição, etc.) e contra a carístia da vida é também de grande importância, para fazer frente à política fascista.

Avançar numa larga frente com objectivos variados, não representa uma dispersão de forças, uma vez que a luta por cada objectivo atrai amplas massas, revela novos activistas, mobiliza vontades e energias.

Reforçar a organização, retomar a iniciativa, desenvolver a luta de massas, são as tarefas do momento.

VII

O Partido Comunista na vanguarda da luta

1. O Partido Comunista Português é o único Partido revolucionário existente em Portugal, o partido da classe operária, o partido cuja força, espírito de combate e capacidade de organização lhe vem da classe, de que é vanguarda. Constitui, sem contestação, a maior força da Oposição antifascista.

Não é possível o desenvolvimento da luta popular e não será possível a vitória contra o fascismo, a instauração dum regime democrático, a recuperação da independência nacional, e a conquista do socialismo, sem o Partido Comunista e muito menos contra o Partido Comunista. O sucesso da luta contra o fascismo depende em parte decisiva da sua actividade.

O período decorrido desde a formação do governo de M. Caetano confirmou o papel de vanguarda que o Partido desempenha em todo o movimento antifascista e a sua extraordinária vitalidade. Confirmou também que é imperioso o reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade, para que a classe operária, a juventude, o movimento democrático, possam aproveitar plenamente as condições objectivas favoráveis e desenvolver a luta popular na sua perspectiva revolucionária.

O reforço da organização, agitação e propaganda do Partido, o melhoramento do seu trabalho de direcção, a formação e preparação dos seus quadros, são tarefas dos comunistas, cuja realização é de capital importância, não apenas para os trabalhadores, mas para o desenvolvimento de todo o movimento democrático, para o avanço do Processo Revolucionário.

2. Nos últimos dois anos o Partido acusou importantes êxitos e sensíveis progressos.

A sua acção política foi um factor decisivo do ascenso da luta popular e dos sucessos na luta contra o fascismo.

Os factos confirmaram como inteiramente justas, nos aspectos fundamentais, a análise da situação política, a orientação traçada e as perspectivas apresentadas pelo Partido. O ascenso da luta operária e em particular as greves do primeiro semestre de 1969, a ampla acção política da Oposição democrática em particular durante a campanha «electoral», a conquista de reivindicações parciais e de importantes posições, os progressos da organização unitária da classe operária, do movimento antifascista, da juventude, devem-se em grande parte decisiva à acção do Partido. Nesse período o Partido tomou a iniciativa política, dinamizou a luta popular, reforçou a sua ligação com as massas.

A organização acusou progressos, com aumento dos efectivos, melhor estruturação, o reforço da iniciativa dos organismos intermédios e de base, a maior capacidade operativa dos organismos de direcção e do aparelho clandestino central, a mais estreita ligação da Direcção com a base e da base com a classe e as massas.

A propaganda e a agitação deram resposta mais pronta aos acontecimentos, tendo aumentado consideravelmente as tiragens da imprensa clandestina.

A defesa foi assegurada no fundamental num período particularmente complexo, em que a acção repressiva do inimigo se concentrou no esforço de atingir as organizações, os quadros, as instalações e a direcção do Partido.

É necessário um sério esforço para acentuar os progressos alcançados, dando resposta mais pronta e incisiva aos acontecimentos, reforçando a organização nos centros industriais e no campo, recrutando para o Partido os melhores filhos da classe operária e do povo português, formando, educando e promovendo mais rapidamente os quadros, auxiliando politicamente os militantes, a fim de assegurar a unidade de pensamento e de acção de todo o Partido, melhorando a imprensa e aumentando a sua difusão, intensificando decididamente a batalha ideológica, reforçando a defesa do Partido, que, por se encontrar na primeira linha da batalha contra o fascismo, está sempre sob a ameaça da repressão.

Para levar a cabo estas tarefas é imperioso um esforço decidido de todo o Partido e de cada um dos seus militantes.

3. As comemorações do 50º aniversário do PCP que se completa em Março de 1971, deverão significar a popularização da história do PCP, uma ampla campanha política de divulgação do seu programa, objectivos e orientação, o alargamento da sua influência, o aumento do número dos seus militantes. A Promoção do Cinquentenário tem em vista o recrutamento para as fileiras do Partido de simpatizantes que têm dado provas de dedicação, assim como outros combatentes de vanguarda da classe operária e do povo português. «Os comunistas, orgulhosos do Partido e da sua história, comemorarão o 50º aniversário da sua fundação, trabalhando tenazmente para o reforço do Partido e da unidade de pensamento e de acção nas suas fileiras, para o seu desenvolvimento orgânico e a sua defesa, para o estreitamento da sua ligação com as massas, para o cumprimento das tarefas que se colocam na presente fase de luta. Tirando as experiências e ensinamentos de 50 anos de actividade, encontrando na história do Partido motivos exaltantes de coragem e confiança, os comunistas têm os olhos voltados para o futuro: para a criação dum movimento revolucionário de massas, para a insurreição popular, para o derrubamento do fascismo, para a conquista da liberdade, e, mais além, para o futuro Portugal socialista e comunista».